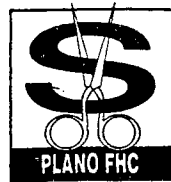


Estados retomam pagamento de dívida

Assinatura de termo de compromisso é primeiro passo para refinanciamento de dívida de US\$ 20 bilhões que Estados têm instituições financeiras federais

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e representantes de 11 Estados, alguns deles os próprios governadores, assinam hoje, em Brasília, o termo de compromisso pelo qual os Estados retomam imediatamente o pagamento da dívida contratual que têm com a União. Este será o primeiro passo para o refinanciamento da dívida de US\$ 20 bilhões que os Estados possuem com instituições financeiras federais, especialmente a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Estão retomando hoje os pagamentos os Estados de São Paulo,



Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão, Mato Grosso de Sul, Pernambuco, Ceará, Amazonas e Pará. Segundo o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, até o início da noite de ontem haviam confirmado presença na solenidade de assinatura o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho e o do Ceará, Ciro Gomes.

Carvalho disse que a assinatura do termo de compromisso é um marco importante para o Plano FHC, lançado há pouco mais de dois meses. "Mais do que declararmos intenções, vamos assinar um acordo que representará a retomada efetiva do relacionamento financeiro entre a União e os Estados", explicou. Para o secretário, a retomada dos pagamentos é um claro sinal da vontade política dos Estados de retomar os pagamen-

tos de suas dívidas com o governo federal.

Apenas para a Caixa Econômica Federal os 11 Estados estão pagando hoje o equivalente a US\$ 38 milhões em amortizações de financiamentos concedidos em diversas áreas. Estão também recebendo pagamentos o BNDES, Banco do Brasil, Banco Central, Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) e o Banco da Amazônia (Basa).

Cronograma — Os Estados estão pagando hoje a primeira de um total de 240 parcelas mensais de amortização (20 anos). As taxas de juros cobradas são resultado de uma média dos percentuais previstos em cada contrato e o valor do refinanciamento se refere à dívida consolidada até 30 de junho de 1993.

Os Estados continuarão reco-

lhendo as parcelas até a assinatura do contrato definitivo de rolagem da dívida.

Carvalho previu que os contratos definitivos com cada Estado serão assinados dentro de 90 dias. Até lá, duas etapas precisarão ainda ser vencidas.

O Congresso precisará aprovar projeto de lei que definirá os critérios definitivos de rolagem das dívidas dos Estados com o governo federal, incluindo aí as dívidas mobiliárias. Segundo Carvalho, a aprovação deverá ocorrer até o final de setembro, porque foi feito um acordo entre o governo federal, Estados e o relator da matéria, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS).